



DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE 1.ª CLASSE

Concurso Público
Nível Superior



Aplicação: 27/1/2008

Caderno ALFA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno ALFA — coincide com o que está registrado em sua folha de resposta. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 O espaço para rascunho é de uso opcional, não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 20/1/2008, após as 10 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/secadtdedelegado2007
- II 30 e 31/1/2008 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 21/2/2008 — Resultados finais das provas objetivas e provisão da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet.
- IV 22 e 23/2/2008 — Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 12/3/2008 — Resultado final da prova discursiva e convocação para os exames médicos para a prova de capacidade física, para a avaliação psicológica e para a avaliação de estudos: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desconformidade com o item 15 do Edital n.º 1/2007, de 12/11/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3445-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/secadtdedelegado2007
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Inteligência artificial

1 Não foi difícil descobrir o assassino. Afinal, o major
Rich tinha um ótimo motivo para matar Arnold Clayton:
amava a esposa da vítima e era correspondido. Segundo a
4 polícia, o major usou uma arma para livrar-se de Clayton e
escondeu o corpo em um baú.

A solução, no entanto, parecia simples demais para
7 o grande detetive Hercule Poirot, do clássico conto policial
O Mistério do Baú Espanhol, da escritora britânica Agatha
Christie. Persistente, ele sai em busca de pistas, descobre
10 fatos novos, tira conclusões espantosas e, por fim, apresenta
ao leitor outro criminoso.

Será que um computador também seria capaz de
13 encontrar o verdadeiro assassino? Durante um curso da
Universidade de Essen, os alunos testaram diversos
programas concebidos em estudos sobre inteligência
16 artificial (IA). Para isso, utilizaram o caso apresentado em
O Mistério do Baú Espanhol, servindo-se da IA para
desvendar as estratégias intelectuais do detetive Poirot.
19 A grande questão era se a IA era capaz desse exercício
intelectual ou se apenas fazia uma boa imitação da
inteligência humana. Interessava saber se apresentaria
22 características que poderiam ser associadas a um
comportamento inteligente. O objetivo era verificar se o
software conseguiria descobrir o assassino tão rapidamente
25 quanto Poirot.

Mas será que esses programas-detetive se tornarão,
em algum momento, tão inteligentes quanto seus modelos
28 humanos? Se pensarmos apenas na capacidade de processar
o maior número possível de fatos no menor tempo, então os
programas de IA são realmente eficazes. E com uma
31 vantagem: são dotados, como qualquer *software*, da
capacidade de lidar com quantidades muito maiores de dados
do que as pessoas.

No entanto, os cérebros artificiais são inferiores aos
humanos por pelo menos dois motivos. Por um lado,
precisam de todas as informações para chegar à conclusão
37 correta. Por outro lado, a lógica dos programas de IA imita
a racionalidade humana, afinal, não conhecemos nenhuma
outra. Na verdade, os programas de IA trabalham como
40 analistas de dados. Em princípio, não são muito diferentes do
nosso cérebro. Portanto, ainda não podemos esperar que
superpoiots eletrônicos acabem com o mundo do crime.

Mente&Cérebro, fev./2007 (com adaptações).

Com base no texto **Inteligência artificial**, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto apresenta uma apologia do emprego de *software* desenvolvido em estudos de inteligência artificial na resolução de crimes.
- 2 De acordo com o texto, os seres humanos necessitam de menos informações que um *software* para solucionar problemas e, por isso, chegam a resultados menos precisos.
- 3 Na linha 4, haveria prejuízo para a coesão e a coerência textual se a expressão “de Clayton” fosse substituída por **do marido**.
- 4 Após a expressão “da escritora britânica” (l.8), poderia ser empregada uma vírgula, conforme faculta a norma gramatical.
- 5 No segmento “se a IA era capaz desse exercício intelectual ou se apenas fazia uma imitação da inteligência humana” (l.19-21), as formas verbais poderiam ser corretamente substituídas por **seria** e **faria**, respectivamente.
- 6 O período que se inicia na linha 21 estaria gramaticalmente correto se fosse reescrito da seguinte forma: Interessavam as características que pudessem estar relacionadas a um comportamento inteligente.
- 7 Às palavras “ótimo”, “vítima” e “britânica” aplica-se a mesma regra de acentuação gráfica.

Considere que, no estado do Tocantins, um delegado de polícia tenha encaminhado ao secretário de segurança um expediente do qual se tenha extraído o seguinte trecho.

Conforme solicitado por Vossa Excelência, comunico que está sendo averiguado a hipótese de envolvimento no assassinato de pessoas com quem a vítima mantinha transações comerciais. Ressalto que foi de grande valia vossa participação no caso em questão.

Em face dessas considerações, julgue o item abaixo.

- 8 O trecho em questão atende às orientações de redação oficial e às normas gramaticais.

1 Na sociedade moderna, ao inverso das anteriores,
não há fronteiras, não há exterioridade. Todos os conflitos
são resolvidos ou são passíveis de soluções internas. Com
4 o surgimento do espaço da igualdade e do Estado-nação,
foram implementados mecanismos internos de resolução de
conflitos. O sistema capitalista, na medida em que se
7 implantou, por sua vocação natural à mundialização, dirimiu
a noção de exterioridade. Quando os escravos rebelavam-se
no Brasil colônia, só havia uma possibilidade de vitória: a
10 criação de quilombos, as organizações exteriores à sociedade
colonial-escravagista.

Cria-se, dessa forma, um paradoxo na sociedade
13 moderna, pois o excluído sempre *está dentro*, na medida em
que não existe mais o *estar fora*. Sempre está envolvido no
processo de produção-consumo. Sempre ocupa um desses
16 lugares, senão os dois. Os catadores de papel ou lixo em
geral, por exemplo, estão inseridos no processo produtivo,
ocupando a base de uma hierarquia de negócios, cujo ápice
19 é ocupado por indivíduos ricos que se apropriam dos valores
produzidos na base. O mesmo ocorre com os trabalhadores
informais pobres da esfera de comércio, que, com seu
22 trabalho, reduzem os custos da distribuição, evitando o
pagamento de impostos e benefícios salariais.

Morador de rua ou catador de papel, mendigo ou
25 biscateiro, todos estão inseridos no processo de produção e
consumo. Excluídos, mas não exteriores à sociedade.
Excluídos porque não têm acesso aos bens materiais e
28 simbólicos modernos ou não têm condições de participar da
gestão pública, pelo simples fato de se encontrarem no
patamar mínimo da sobrevivência.

31 O espaço da desigualdade, em sua nova dimensão,
impede que se consolide o espaço da igualdade, deixando
à margem dos direitos justamente aqueles que não têm
34 recursos para acionar os mecanismos de defesa.

Elimar Pinheiro do Nascimento. *In: No meio da rua – nômades, excluídos e viradores.*
Marcel Bursztyn (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 122-3 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subseqüentes.

9 O autor apresenta uma visão otimista, visto que, segundo ele,
os conflitos sociais são satisfatoriamente resolvidos dentro
da sociedade, o que exige mudança no conceito de exclusão.

10 De acordo com o texto, os trabalhadores informais
beneficiam-se por não pagarem impostos, o que estimula,
cada vez mais, esse tipo de relação de trabalho.

11 Na linha 2, a forma verbal “há”, nas duas ocorrências,
poderia ser corretamente substituída pela forma **existe**.

12 A locução verbal “foram implementados” (ℓ.5) corresponde
à forma **implementaram-se**.

13 A expressão “por sua vocação natural à mundialização”
(ℓ.7), que exprime causa, poderia corretamente ser
substituída por **devido sua aptidão à globalização**.

14 No texto, o segmento “dirimiu a noção de exterioridade”
(ℓ.7-8) tem o mesmo sentido de **suprimiu a noção de**
estar fora.

15 Sem prejuízo para a coerência textual, a locução “na medida
em que” (ℓ.13-14) poderia ser substituída por **visto que**.

Julgue os itens seguintes relativos a informática.

16 O disco rígido ou HD (*hard disk*) é o dispositivo de
armazenamento de dados mais usado nos computadores.
Nele, é possível guardar não só os arquivos como também
todos os dados do sistema operacional, imprescindíveis para
a utilização do computador.

17 O *firewall* é o dispositivo que permite a conexão com a
Internet, uma vez que é responsável pela conversão do sinal
analógico em sinal digital.



18 O mp3 é o dispositivo substituto do disquete, pois consiste
em uma pequena memória portátil que funciona em
equipamentos com uma porta USB.

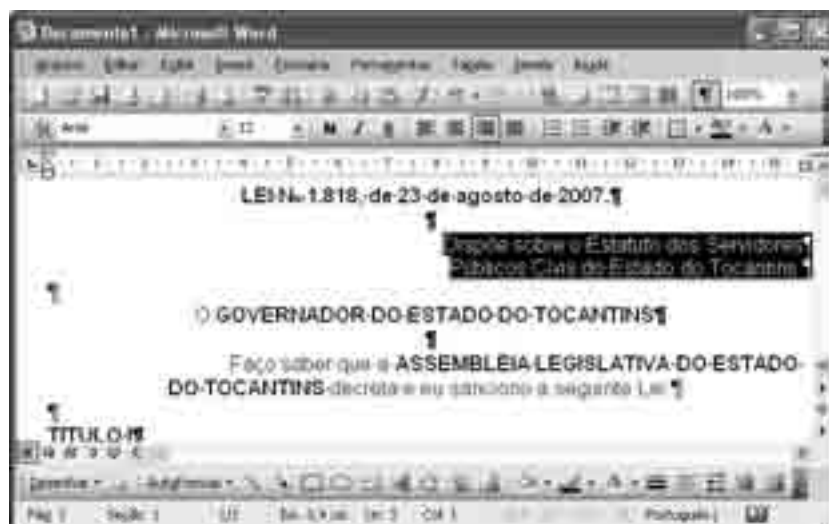
19 Trojan é um programa que age utilizando o princípio do
cavalo de tróia. Após ser instalado no computador, ele libera
uma porta de comunicação para um possível invasor.

20 A assinatura digital consiste na criação de um código de
modo que a pessoa ou entidade que receber uma mensagem
contendo este código possa verificar se o remetente é mesmo
quem diz ser e identificar qualquer mensagem que possa ter
sido modificada.




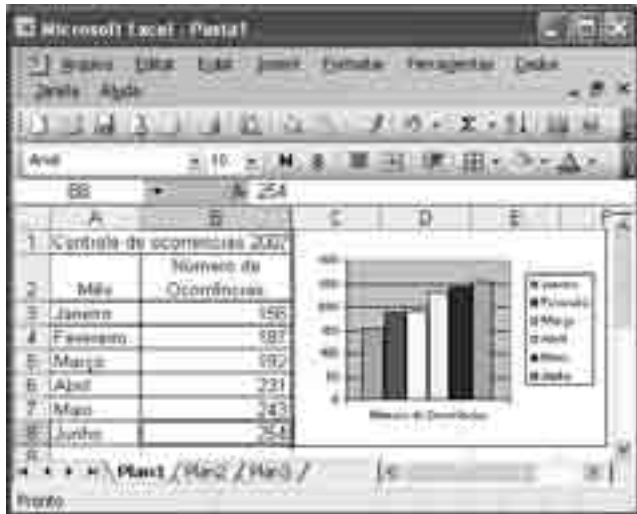
Considerando a figura acima, que mostra uma janela do navegador Internet Explorer 6 com a página da Secretaria de Administração do Estado do Tocantins, julgue os itens a seguir.

- 21 Ao se clicar a pasta Polícia Civil, é possível acessar, por meio da *intranet*, o sítio da polícia civil de outros estados, o que garante a integração das informações das secretarias de segurança.
- 22 A pasta Saúde apresentada na página pode ser renomeada ou excluída por meio de clique com o botão da direita do *mouse*.
- 23 O primeiro parágrafo do texto pode ser copiado para o Word com a seguinte seqüência de procedimentos: selecionar o parágrafo, clicar a opção Copiar no *menu* Editar; abrir documento do Word e clicar a opção Colar no *menu* Editar do Word.
- 24 O símbolo apresentado na janela  indica que esse é um sítio seguro, com criptografia.
- 25 O símbolo  indica que o *download* da página foi concluído.



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do aplicativo Word 2003 com um documento em edição, julgue os itens que se seguem.

- 26 O parágrafo selecionado do texto está formatado com alinhamento direito.
- 27 Ao se dar duplo clique na ferramenta , a correção ortográfica é ativada.
- 28 Utilizando-se apenas o recurso de formatação, não é possível substituir a abreviação “No” (primeira linha do documento em edição) pelo símbolo N°. Esse símbolo é acrescentado utilizando-se o recurso Clipart proporcionado pela opção Símbolo do *menu* Inserir.



Considerando a figura acima, julgue os itens subsequentes, acerca do Excel 2003.

- 29** É possível obter o gráfico de número de ocorrências que aparece na figura acima por meio da seleção das células (A2:A8) e das células (B2:B8).
- 30** Considerando que o número de ocorrências no mês de julho foi o dobro em relação ao mês de janeiro, a expressão que deve ser escrita na barra de fórmulas para calcular o número de ocorrências de julho é $B9=2*B3$.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu liberar as obras de transposição do rio São Francisco. O projeto não deve ser paralisado, como apelou o bispo dom Luiz Flávio Cappio, há dias em greve de fome, com o apoio de organizações da sociedade civil — Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O governo federal avisou que não pretende paralisar as obras e anunciou a primeira licitação.

Correio Brasileiro, 20/12/2007, p.12 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema que ele aborda, a questão ambiental e as desigualdades regionais existentes no Brasil, julgue os itens de **31** a **40**.

- 31** O projeto de transposição das águas do rio São Francisco não é recente e sua discussão começou a ganhar intensidade já na primeira metade da década passada; desde então, ele jamais deixou de suscitar polêmicas, inclusive de ordem técnica.
- 32** A greve de fome do religioso citado no texto é a segunda que ele faz com idêntico objetivo: pressionar o governo federal a suspender, pelo menos temporariamente, as obras de transposição das águas daquele que já foi denominado, no passado, rio da integração nacional.

- 33** Entre os opositores do projeto, prevalece a tese de que a transposição, ao contrário do que alegam seus defensores, não beneficiará a população mais pobre da região nordestina, mas atenderá, sobretudo, aos interesses de grupos empresariais e de particulares ricos.
- 34** Se, para o governo federal, o que conta é tão-somente a transposição, para quem se opõe ao projeto a questão prioritária é não mais que assegurar o fluxo natural do rio São Francisco, mantendo-o nas condições em que se apresenta hoje.
- 35** O governo se mantém firme na decisão de dar prosseguimento ao projeto porque dispõe da inegável simpatia dos chamados movimentos sociais e, sobretudo, sabe que conta com apoio incondicional do conjunto das bancadas com assento no Congresso Nacional.
- 36** A principal justificativa do governo federal para levar adiante o projeto de transposição é a imperiosa necessidade de minorar os dramáticos efeitos da seca em regiões nas quais as chuvas são escassas e a seca prolongada, como ocorre, principalmente, no Maranhão e no norte do Tocantins.
- 37** A questão da desigualdade regional está historicamente presente no debate brasileiro; não por outra razão, ela está na raiz de movimentos que levantavam a bandeira da redivisão político-administrativa do território, de que seria exemplo notório a própria criação do estado do Tocantins.
- 38** Mencionado no texto, o MST ampliou sua atuação pública e, ao apoiar o bispo em greve de fome e externar claramente seu repúdio ao projeto de transposição patrocinado pelo governo federal, resolveu, pela primeira vez em sua história, agir em uma área que não é propriamente a da reforma agrária.
- 39** A concessão de licenças ambientais para que determinadas e quase sempre grandiosas obras possam ser executadas tem gerado constrangimentos entre setores da própria administração pública, como ocorreu no caso da transposição do São Francisco e, mais recentemente, no da construção de usinas hidrelétricas no rio Madeira.
- 40** Se, ao longo da história, o rio São Francisco integrou parte do Sudeste a parte do Nordeste, na atual paisagem brasileira o jovem estado do Tocantins caracteriza-se geograficamente como zona de transição e unidade federada que conecta as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Uma proposição é uma frase afirmativa que pode ser julgada como verdadeira ou falsa, mas não ambos. Uma dedução lógica é uma seqüência de proposições, e é considerada correta quando, partindo-se de proposições verdadeiras, denominadas premissas, obtêm-se proposições sempre verdadeiras, sendo a última delas denominada conclusão. Considerando essas informações, julgue os itens a seguir, a respeito de proposições.

- 41 Considere verdadeiras as duas premissas abaixo:
O raciocínio de Pedro está correto, ou o julgamento de Paulo foi injusto.
O raciocínio de Pedro não está correto.
 Portanto, se a conclusão for a proposição, **O julgamento de Paulo foi injusto**, tem-se uma dedução lógica correta.
- 42 Considere a seguinte seqüência de proposições:
 (1) Se o crime foi perfeito, então o criminoso não foi preso.
 (2) O criminoso não foi preso.
 (3) Portanto, o crime foi perfeito.
 Se (1) e (2) são premissas verdadeiras, então a proposição (3), a conclusão, é verdadeira, e a seqüência é uma dedução lógica correta.

Julgue os itens seguintes, que dizem respeito à determinação do número de possibilidades lógicas ou probabilidade de algum evento.

- 43 Suponha uma distribuição de prêmios em que são sorteados três números de dois algarismos. Para formar cada número, primeiro sorteia-se o algarismo das dezenas, que varia de 0 a 5. O algarismo das unidades é sorteado em seguida e varia de 0 a 9. Se, para formar cada número, o algarismo das dezenas e o algarismo das unidades já sorteadas não puderem ser repetidos, então a quantidade de números que podem ocorrer é inferior a 10^4 .
- 44 Considere que 9 rapazes e 6 moças, sendo 3 delas adolescentes, se envolvam em um tumulto e sejam detidos para interrogatório. Se a primeira pessoa chamada para ser interrogada for escolhida aleatoriamente, então a probabilidades de essa pessoa ser uma moça adolescente é igual a 0,2.

No retângulo abaixo, as células vazias só podem ser preenchidas com vogais e de modo que cada vogal apareça apenas uma vez em cada linha e em cada coluna.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| A | | | | |
| | E | | | |
| | | I | | |
| | | | O | |
| | | | | U |

De acordo com essas instruções e considerando as células de uma diagonal já preenchidas, julgue o item a seguir.

- 45 Se for colocada a vogal I em todas as células da outra diagonal desse retângulo, então não será possível preenchê-lo na forma especificada.

Com relação ao Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins — Lei Estadual n.º 1.654/2006 —, julgue os seguintes itens.

- 46 Para os efeitos da referida lei, o ocupante do cargo de provimento efetivo de delegado de polícia é considerado policial civil.
- 47 Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. Estará sujeito à pena de exoneração, ou insubsistência do ato de nomeação, o candidato aprovado neste concurso público que, sem qualquer motivo justificado, não iniciar o exercício no cargo de delegado de polícia civil no prazo máximo de 30 dias, contados da data da posse.
- 48 O delegado de polícia civil, estável, tem direito a licença, assegurada a remuneração do cargo efetivo, durante o período entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo, até 10 dias após a eleição. Esse período poderá ser superior a 3 meses, mas deverá ser inferior a 6 meses.
- 49 Considere a seguinte situação hipotética.
 Lucas, que é delegado de polícia civil e reside em Palmas, onde exerce o referido cargo, pretende mudar-se para Porto Nacional e continuar a exercer seu cargo em Palmas. Nessa situação, independentemente de autorização superior, Lucas poderá concretizar sua pretensão.
- 50 O delegado de polícia civil responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, por culpa ou dolo. A obrigação de reparar o dano estende-se aos seus sucessores e contra eles é executada, até o limite do valor da herança recebida.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Para atingir os altos objetivos que justificam sua existência, o Estado tem de se organizar de forma sistêmica e coordenada. Dessa forma, diversas são as suas projeções, com elementos diferenciadores entre si, visando sempre ao bem comum. Acerca da administração pública e dos órgãos que a compõem, julgue os itens seguintes.

- 51** Considerando a divisão da administração pública federal em direta e indireta, é correto afirmar que os correios fazem parte da administração direta, por se tratar de empresa pública, sob controle exclusivo da União.
- 52** Embora não integrem a administração indireta, os chamados serviços sociais autônomos prestam relevantes serviços à sociedade brasileira. Entre eles podem ser citados o SESI, o SENAC, o SEBRAE e a OAB.
- 53** As instituições públicas de crédito, a exemplo do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, fazem parte da administração indireta, por serem todas sociedades de economia mista.
- 54** A Polícia Federal, dada sua importância estratégica para a segurança do Estado, tem natureza especial, e seu diretor-geral subordina-se hierarquicamente apenas ao presidente da República.

O exercício de uma função pública é, antes de tudo, poder trabalhar em prol do bem comum. Por isso, existem regras próprias para disciplinar tal mister sob todos os aspectos. Julgue os itens a seguir, a respeito do exercício de função pública.

- 55** Todos aqueles que exercem função pública, independentemente de sua natureza, ainda que por período determinado, são considerados agentes públicos.
- 56** Os agentes políticos constituem categoria especial, pois gozam de prerrogativas diferenciadas e têm grandes responsabilidades com a sociedade, como é o caso dos prefeitos.
- 57** O cargo público ocupado por servidor concursado e estável pode ser extinto a qualquer tempo, haja vista sempre prevalecer o interesse da administração pública.
- 58** Um delegado de polícia civil, ainda que já tenha adquirido a estabilidade, poderá ser demitido por insuficiência de desempenho, conforme estabelecido em lei complementar e observada a ampla defesa em todo o processo.

A administração pública é orientada por princípios de índole constitucional, cuja observância proporciona aos administrados a sensação de respeito à coisa pública. A respeito desse tema, julgue os itens que se seguem.

- 59** O princípio da vinculação política ao bem comum é, entre os princípios constitucionais que norteiam a administração pública, o mais importante.
- 60** Em toda atividade desenvolvida pelos agentes públicos, o princípio da legalidade é o que precede todos os demais.

Julgue os itens a seguir, relativos à natureza jurídica, à classificação e aos elementos da Constituição.

- 61** A concepção política de Constituição, elaborada por Carl Schmitt, compreende-a como o conjunto de normas que dizem respeito a uma decisão política fundamental, ou seja, a vontade manifestada pelo titular do poder constituinte.
- 62** Quanto ao conteúdo, a Constituição material compreende as normas que, mesmo não sendo pertinentes à matéria constitucional, se encontram inseridas em um documento escrito e solene.
- 63** Constituição-garantia é a que, além de legitimar e limitar o poder do Estado em face da sociedade, traça um plano de evolução política e metas a serem alcançadas no futuro.
- 64** Os elementos orgânicos que compõem a Constituição dizem respeito às normas que regulam a estrutura do Estado e do poder, fixando o sistema de competência dos órgãos, instituições e autoridades públicas.

Relativamente à organização dos Poderes Legislativo e Executivo, julgue os itens subseqüentes.

- 65** O Poder Legislativo é do tipo bicameral porque reúne, em um mesmo corpo, uma Casa que cumpre o papel de iniciadora do processo legislativo (a Câmara dos Deputados) e uma Casa que cumpre sempre o papel de revisora (o Senado Federal).
- 66** O presidente da República, no exercício de suas funções, só pode ser preso após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- 67** A imunidade formal garante ao parlamentar, desde a expedição do diploma, a impossibilidade de, em qualquer caso ou circunstância, ser ou permanecer preso ou ser processado sem autorização de sua respectiva Casa legislativa.
- 68** O presidente da República só pode ser submetido a julgamento perante o STF, nas infrações penais comuns, após autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.

A respeito das normas constitucionais no âmbito da segurança pública, julgue os itens que se seguem.

- 69** As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, apesar de serem forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores. Isso é válido também para a polícia militar e a polícia civil do Distrito Federal (DF), que também são subordinadas ao governador do DF.
- 70** As polícias civis estão incumbidas da função de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, além da função de polícia judiciária e da apuração de infrações penais.

Considerando o que dispõem as normas a respeito dos direitos políticos e partidos políticos constantes da Constituição Federal, julgue os seguintes itens.

- 71** Os analfabetos são inelegíveis, salvo se exercerem o direito de alistabilidade.
- 72** Apesar de terem organização e caráter nacional, os partidos políticos, no Brasil, não estão obrigados à vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- 73** Em nenhuma hipótese o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, de governador de estado ou de prefeito municipal, podem ser candidatos a cargos eletivos no território de jurisdição do titular.

De acordo com a disciplina constitucional acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público, julgue os próximos itens.

- 74** Os tribunais de justiça dos estados dispõem de competência para exercer o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos municipais em face da Constituição Estadual, mas não diante da Constituição Federal.
- 75** Entre as funções institucionais do Ministério Público, estão o controle da atividade policial e a requisição de diligências investigatórias e da instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Acerca das disposições expressas na legislação ambiental, julgue os itens a seguir.

- 76** A pessoa jurídica poderá ser alcançada administrativa, civil e penalmente nos casos em que a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- 77** Considere que um fazendeiro, nos limites de sua propriedade rural, abata espécime da fauna silvestre brasileira sem autorização do órgão competente, visando proteger seu rebanho da ação predatória do animal. Nessa situação, o fato é atípico, pois a legislação ambiental expressamente prevê essa excludente.
- 78** Em regra, a competência para processar e julgar os crimes contra a fauna é da justiça federal, uma vez que a proteção ao meio ambiente, conforme disposição da Constituição Federal, é dever da União.
- 79** Constitui crime cuja pena é de seis meses a um ano e multa matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, em desacordo com as prescrições legais pertinentes. Assim, diante de uma ocorrência policial dessa natureza e não havendo causas de aumento de pena, a autoridade policial competente deverá lavrar termo circunstanciado, em face da incidência de delito de menor potencial ofensivo.
- 80** A ação penal para todos os delitos previstos na lei que dispõe acerca das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente é, exclusivamente, pública incondicionada.

De acordo com a legislação especial pertinente, julgue os itens de **81 a 91**.

- 81** Considere a seguinte situação hipotética.
Uma autoridade policial representou pela prisão temporária de um indiciado, tendo o juiz decretado a medida pelo prazo de cinco dias. Findo o prazo para a custódia, a autoridade policial, de ofício, deliberou por manter o indiciado por mais dois dias sob custódia, prazo necessário para a conclusão das investigações.
Nessa situação, não ocorreu constrangimento ilegal, pois a prisão poderia ser prorrogada por mais cinco dias.
- 82** Considere que uma autoridade policial de determinado município represente em juízo pela prisão temporária de um cidadão, indiciado pela prática de crime de roubo qualificado pela morte da vítima. Nessa situação, levando em conta a natureza do delito, o prazo da custódia temporária será de cinco dias, o qual poderá, ainda, ser prorrogado por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- 83** Os crimes de lesão corporal culposa, embriaguez ao volante e participação em competição não autorizada, elencados no Código de Trânsito Brasileiro, são apurados por meio de termo circunstanciado de ocorrência, sendo vedada, em qualquer hipótese, a prisão em flagrante em tais condutas, nos termos dispostos na Lei dos Juizados Especiais Criminais.
- 84** A defesa do consumidor encontra supedâneo na Constituição Federal ao estabelecer que o Estado, na forma da lei, promoverá a defesa dos direitos do consumidor. Por sua vez, o Código de Defesa do Consumidor preconiza que as normas de proteção e defesa são de ordem pública e interesse social. Sendo assim, as referidas normas têm de ser observadas mesmo que contrariem a vontade das partes.
- 85** Considere a seguinte situação hipotética.
Alfredo, imputável, transportava em seu veículo um revólver de calibre 38, quando foi abordado em uma operação policial de trânsito. A diligência policial resultou na localização da arma, desmuniada, embaixo do banco do motorista. Em um dos bolsos da mochila de Alfredo foram localizados 5 projéteis do mesmo calibre. Indagado a respeito, Alfredo declarou não possuir autorização legal para o porte da arma nem o respectivo certificado de registro. O fato foi apresentado à autoridade policial competente.
Nessa situação, caberá à autoridade somente a apreensão da arma e das munições e a imediata liberação de Alfredo, visto que, estando o armamento desmuniado, não se caracteriza o crime de porte ilegal de arma de fogo.
- 86** A lei que dispõe acerca da prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas estabeleceu a figura da ação controlada, o que significa que, em determinados casos, a autoridade policial poderá retardar a prisão em flagrante dos investigados, desde que os mantenha sob estrita e ininterrupta vigilância.

- 87** Considere a seguinte situação hipotética.
Em 28/7/2007, Maria foi presa e autuada em flagrante delito pela prática de um crime hediondo. Concluído o inquérito policial e remetidos os autos ao Poder Judiciário, foi deferido pelo juízo pedido de liberdade provisória requerido pela defesa da ré.
Nessa situação, procedeu em erro a autoridade judiciária, pois os crimes hediondos são insuscetíveis de liberdade provisória.
- 88** A transação penal prevista na lei que dispõe acerca dos juizados especiais criminais implica suspensão do curso processual até o prazo final do acordo transacional, não resultando em reincidência, sendo vedado o registro do feito em certidão de antecedentes criminais.
- 89** O prazo do inquérito policial, se o indiciado estiver preso em virtude de prisão temporária, será de cinco dias, prorrogáveis por mais cinco dias, havendo exceção para determinados casos, a exemplo dos crimes de tráfico de entorpecentes ou tortura, em que o prazo se estende para 30 dias, prorrogáveis por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- 90** Considere que uma autoridade policial de determinado município, ao transitar em via pública, observou a presença de menores perambulando pela rua, tendo, de pronto, determinado aos seus agentes a apreensão de dois deles para fins de averiguação. Nessa situação, a atitude da autoridade policial está correta por se tratar de adolescentes em situação de risco.
- 91** O procedimento de apuração de ato infracional só é aplicável em se tratando de conduta praticada por adolescente (pessoa entre 12 e 18 anos de idade). Se o ato praticado for imputável a criança (pessoa de até 12 anos de idade), o caso deve ser apreciado pelo conselho tutelar na respectiva localidade.

No que se refere aos temas de direito processual penal e direito penal, julgue os itens de **92** a **102**.

- 92** Considere a seguinte situação hipotética.
Valmir, penalmente imputável, agrediu fisicamente Leandro, produzindo-lhe lesões corporais de natureza leve, constatadas em laudo pericial. Apresentado o fato à autoridade policial, e após a representação do ofendido, foi formalizado e remetido ao Poder Judiciário o respectivo termo circunstanciado.
Nessa situação, uma vez procedida a representação pela vítima, esta não mais poderá desistir da persecução penal, devendo a ação penal seguir sua tramitação sob a titularidade do Ministério Público, até decisão final.
- 93** Considere que determinada autoridade policial, no exercício do cargo, foi vítima de desacato, o que deu ensejo a instauração de procedimento policial e o posterior encaminhamento ao juiz competente. Nessa situação, caso a autoridade policial, vítima do desacato, não representar judicialmente contra o autor do delito, decairá do direito de representação findo o prazo de seis meses, contados do dia em que veio a saber quem é o autor do delito.
- 94** Impera no processo penal o princípio da verdade real e não da verdade formal, próprio do processo civil, em que, se o réu não se defender, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

- 95** Considere a seguinte situação hipotética.
A autoridade policial de determinado município representou ao juiz competente pela prisão preventiva de Joaquim, indiciado em inquérito policial pela prática de furto simples, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa. Consta que Joaquim é primário e não registra envolvimento em outros delitos, tendo residência fixa e ocupação lícita.
Nessa situação, não é cabível a custódia preventiva, pois o crime de furto simples permite a suspensão condicional do processo e, mesmo em caso de condenação, não haverá pena privativa de liberdade em face da possibilidade de substituição pela pena restritiva de direitos.
- 96** O inquérito policial, procedimento persecutório de caráter administrativo instaurado pela autoridade policial, tem como destinatário imediato o Ministério Público, titular único e exclusivo da ação penal.
- 97** Perante o Código Penal vigente, são três as espécies de penas: privativas da liberdade, restritivas de direitos e multa.
- 98** Um cidadão condenado a pena de reclusão de 15 anos pela prática de um homicídio deve, obrigatoriamente, iniciar o cumprimento da pena em regime fechado, podendo, no entanto, trabalhar fora do estabelecimento prisional, em serviços de natureza privada, durante o período diurno, desde que mediante prévia autorização judicial.
- 99** Considere que um indivíduo penalmente responsável pratique três homicídios dolosos em concurso material. Nesse caso, a materialização de mais de um resultado típico implicará punição por todos os delitos, somando-se as penas previamente individualizadas.
- 100** Considere a seguinte situação hipotética.
Francisco, imputável, realizou uma compra de produtos alimentícios em um supermercado e, desprovido de fundos suficientes no momento da compra, efetuou o pagamento com um cheque de sua titularidade para apresentação futura, quando imaginou poder cobrir o *deficit*. Apresentado o título ao banco na data acordada, não houve compensação por insuficiente provisão de fundos.
Nessa situação, o entendimento doutrinário e a jurisprudência dominantes é no sentido de que, não tendo havido fraude do emitente, não se configura o crime de emissão de cheques sem fundos (estelionato).
- 101** Considere a seguinte situação hipotética.
Fernando, Cláudio e Maria, penalmente imputáveis, associaram-se com Geraldo, de 17 anos de idade, com o fim de cometer estelionato. Alugaram um apartamento e adquiriram os equipamentos necessários à prática delituosa, chegando, em conluio, à concretização de um único crime.
Nessa situação, o grupo, com exceção do adolescente, responderá apenas pelo crime de estelionato, não se caracterizando o delito de quadrilha ou bando, em face da necessidade de associação de, no mínimo, quatro pessoas para a tipificação desse delito, todas penalmente imputáveis.
- 102** Considere a seguinte situação hipotética.
Manoel, penalmente responsável, instigou Joaquim à prática de suicídio, emprestando-lhe, ainda, um revólver municado, com o qual Joaquim disparou contra o próprio peito. Por circunstâncias alheias à vontade de ambos, o armamento apresentou falhas e a munição não foi deflagrada, não tendo resultado qualquer dano à integridade física de Joaquim.
Nessa situação, a conduta de Joaquim, por si só, não constitui ilícito penal, mas Manoel responderá por tentativa de participação em suicídio.

Acerca da prova no processo penal, julgue os próximos itens.

- 103** Considere que em determinada ação penal foi realizada perícia de natureza contábil, nos moldes determinados pela legislação pertinente, o que resultou na elaboração do competente laudo de exame pericial. Na fase decisória, o juiz discordou das conclusões dos peritos e, de forma fundamentada, descartou o laudo pericial ao exarar a sentença. Nessa situação, a sentença é nula, pois o exame pericial vincula o juiz da causa.
- 104** Considere a seguinte situação hipotética. João, imputável, agrediu fisicamente Francisco, produzindo-lhe lesões corporais leves. Transcorridos alguns dias após a agressão, Francisco compareceu à repartição policial, onde noticiou o crime. Encaminhado para exame pericial, ficou constatado que não mais existiam lesões. Nessa situação, por terem desaparecido os vestígios, a materialidade do delito poderá ser demonstrada por meio de prova testemunhal.
- 105** Não se faz distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito, pois ambos representam o próprio crime em sua materialidade.
- 106** Por determinação legal, o exame necroscópico ou cadavérico deve ser realizado pelo menos seis horas após o óbito. Todavia, tal obrigatoriedade é dispensada se houver evidência da morte, como ausência de movimentos respiratórios, desaparecimento do pulso ou enregelamento do corpo.
- 107** Dispõe a lei processual penal que os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais, o que significa que esses técnicos podem desempenhar suas funções independentemente de nomeação da autoridade policial ou do juiz, uma vez que a investidura em tais cargos advém da lei.

Acerca dos princípios constitucionais que norteiam o direito penal, da aplicação da lei penal e do concurso de pessoas, julgue os itens de **108 a 112**.

- 108** Prevê a Constituição Federal que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido. Referido dispositivo constitucional traduz o princípio da intranscendência.
- 109** Considere que um indivíduo seja preso pela prática de determinado crime e, já na fase da execução penal, uma nova lei torne mais branda a pena para aquele delito. Nessa situação, o indivíduo cumprirá a pena imposta na legislação anterior, em face do princípio da irretroatividade da lei penal.
- 110** Na hipótese de o agente iniciar a prática de um crime permanente sob a vigência de uma lei, vindo o delito a se prolongar no tempo até a entrada em vigor de nova legislação, aplica-se a última lei, mesmo que seja a mais severa.
- 111** Quem, de forma consciente e deliberada, se serve de pessoa inimputável para a prática de uma conduta ilícita é responsável pelo resultado na condição de autor mediato.

112 Considere a seguinte situação hipotética.

Luiz, imputável, aderiu deliberadamente à conduta de Pedro, auxiliando-o no arrombamento de uma porta para a prática de um furto, vindo a adentrar na residência, onde se limitou, apenas, a observar Pedro, durante a subtração dos objetos, mais tarde repartidos entre ambos.

Nessa situação, Luiz responderá apenas como partícipe do delito pois atuou em atos diversos dos executórios praticados por Pedro, autor direto.

No que tange à parte especial do Código Penal, julgue os itens a seguir.

113 Considere a seguinte situação hipotética.

João entregou a Manoel certa quantia em dinheiro para que, em prazo determinado, a entregasse a uma terceira pessoa. Ao fim do prazo, Manoel se apossou do montante, tendo se utilizado do dinheiro para gastos pessoais.

Nessa situação, a conduta de Manoel caracteriza o crime de apropriação indébita.

114 O roubo nada mais é do que um furto associado a outras figuras típicas, como as originárias do emprego de violência ou grave ameaça.

115 Considere a seguinte situação hipotética.

Márcio, funcionário público, concorreu culposamente para o crime de peculato praticado por outrem. Processado criminalmente, foi condenado a cumprir pena de seis meses de detenção. Todavia, após a sentença condenatória de primeiro grau, no curso da apelação, reparou o dano causado.

Nessa situação, não se opera a extinção da punibilidade, pois a reparação do dano por Márcio ocorreu após a sentença condenatória.

116 Considere a seguinte situação hipotética.

Francisco, imputável, acercou-se de uma mulher e a constrangeu, mediante violência, à prática de conjunção carnal, deflorando-a. Em razão do emprego da violência, a mulher experimentou, ainda, lesões leves, devidamente constatadas em laudo pericial.

Nessa situação, Francisco irá responder pelo crime de estupro em concurso formal com o delito de lesões corporais.

117 O Código Penal brasileiro permite três formas de abortamento legal: o denominado aborto terapêutico, empregado para salvar a vida da gestante; o aborto eugênico, permitido para impedir a continuação da gravidez de fetos ou embriões com graves anomalias; e o aborto humanitário, empregado no caso de estupro.

No que tange a *habeas corpus*, jurisdição e competência, julgue os itens a seguir.

118 Na apreciação do *habeas corpus*, o órgão jurisdicional não está vinculado à causa de pedir e ao pedido, podendo, assim, ser a ordem concedida, em sentido diverso ou mais amplo do que foi pleiteado ou mencionado pelo impetrante.

119 Considere que um indivíduo tenha praticado um crime de homicídio em conexão com um crime eleitoral. Nessa hipótese, cada crime será julgado pelo seu juízo natural, júri e justiça eleitoral, respectivamente.

120 Considere a seguinte situação hipotética,

Um juiz de direito, por motivo fútil, praticou um homicídio doloso, restando devidamente apurada a sua responsabilidade pelo crime.

Nessa situação, será competente para o processo e o julgamento do crime o tribunal do júri do local onde ocorreu o delito, pois incide a norma constitucional quanto a competência do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **cinco** pontos, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Prevenção da violência e da criminalidade

Devido ao interesse em atender a demanda social por projetos que contribuam para a prevenção da violência e orientação das pessoas, o Instituto São Paulo Contra a Violência desenvolve atividades educacionais com a finalidade de informar e capacitar as pessoas para a adoção de medidas de prevenção, a atuação em situações de violência e o acompanhamento de programas de prevenção e redução da violência e da criminalidade.

As exposições buscam:

- manter uma contínua interação entre palestrante e ouvintes, os quais participam ativamente das palestras.
- transmitir um conjunto de conhecimentos para a construção de uma educação cidadã.

Internet: <www.spcv.org.br>.



O líder comunitário da Rocinha elogiou nesta terça-feira o trabalho da polícia que resultou na prisão de um dos suspeitos de chefiar o tráfico de drogas da favela. O suspeito foi detido no último final de semana, quando esperava a namorada desembarcar no aeroporto de Fortaleza, no Ceará. A investigação que levou ao acusado durou pouco mais de 2 meses e terminou sem nenhuma troca de tiros. Segundo o líder comunitário, a polícia tem o dever de prender, e não o direito de matar.

Internet: <noticias.terra.com.br/brasil>.

O Disque Denúncia é um serviço de atendimento telefônico no qual a população pode transmitir à polícia informações e denúncias sobre ações criminosas de maneira sigilosa e com garantia de anonimato. O sucesso do projeto pode ser percebido pelo crescente aumento das denúncias ano a ano, demonstrando que o projeto atingiu seu principal objetivo: conquistar a confiança tanto dos cidadãos quanto dos policiais.

Internet: <www.forumseguranca.org.br>.

Considerando os textos acima apenas como motivadores, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

COMBATE À VIOLÊNCIA, UM DEVER DE TODOS

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |